

Ser Stella

um estudo sobre o papel da mulher e da educação feminina na Juiz de Fora do início do século XX

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira*

Resumo:

O presente artigo dedica-se à análise de fontes disponíveis na Biblioteca do Colégio Stella Matutina, referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição em Juiz de Fora (MG). Concentra-se em estabelecer relações entre a conjuntura histórica local, e a conjuntura histórica brasileira, no início do século XX; assim como entre o papel social cabível a e exercido pelas mulheres e pelos homens do dito período. A intenção é apresentar tanto as normalistas como as irmãs-professoras como elementos sociais integrados num processo educacional religioso que não esteve baseado apenas em princípios e práticas arcaicas. É apresentá-las como personagens que participaram ativamente, dentro dos limites de suas possibilidades, da modernização das concepções de ensino então em voga.

Palavras-chave:

história regional; história das mulheres; história da educação.

* Mestre pelo programa “História, Cultura e Poder”, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Being Stella

a study about the woman's role and female education in Juiz de Fora city in the beginning of the 20th century

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira

Abstract:

This article deals with the analysis of available sources that were got from Stella Matutina School Library, referring to the first years of the institution in Juiz de Fora – Minas Gerais State. It concentrates itself to have relationship between the local historical conjuncture, and the Brazilian historical conjuncture in the beginning of the 20th century as well as the social part, appropriate and practiced by women and men at that time. The purpose is to present as the normalistas as nun-teacher like social elements integrated into a religious educational process that wasn't based only in archaics values and practices. The purpose is present these women to take parte in an active interest, inside the limits of their possibilities, the conception's modernization of education in vogue

Keywords:

regional history; women's history; history of education.

Introdução

O presente artigo inclui-se no campo historiográfico a que se convém chamar “história da educação”. Entretanto, tendo em vista proposições inovadoras apresentadas, desde a década de 1960, no que diz respeito ao *modus operandi* de todo pesquisador interessado no estudo do passado, busca formular perguntas e esboçar respostas que extrapolam a tradicional noção de “história da educação”, a qual reduz esse campo ao que se poderia intitular, mais precisamente, de “história das idéias educacionais”.

Isso quer dizer que, embora julgue, particularmente, de grande interesse o estudo das proposições teóricas formuladas por intelectuais das mais diversas épocas, no que diz respeito à idéia de “educação”, volto-me, por ora, a pensar acerca de outras problemáticas que aparecem associadas ao que defino como “práticas educativas”. Neste estudo, portanto, “educação” passa a ser compreendida como uma construção social, política, cotidiana.

Daí a necessidade de trabalhar com uma “história das políticas educacionais”, em diálogo com uma “história cotidiana das escolas”. Sendo assim, de um lado, faz-se mister avaliar os mais diversos modelos de currículos e/ou programas propostos, oficialmente ou não, para a formação de crianças e jovens, pelas inúmeras organizações políticas (são temas pertinentes o ensino feminino, a idéia de obrigatoriedade ou não do ensino, a noção de ensino público gratuito, o ensino especial, as disciplinas julgadas mais importantes, os métodos de avaliação e de controle da indisciplina, a formação dos professores e/ou profissionais ligados à tarefa educacional). Por outro lado, é também relevante buscar perceber os hábitos mais corriqueiros relacionados ao ensino, sociabilidades estabelecidas, conteúdos simbólicos implícitos.

Ciente disso, neste estudo realizo um exercício de reflexão sobre o papel da mulher nas três primeiras décadas do século XX e volto-me em particular à questão da importância e do significado conferido, nessa conjuntura, à formação educacional feminina. Compartilhando, contudo, de uma perspectiva de análise que encara o “feminino” como conceito fluido, que se estabelece em conformidade com os mais diver-

sos fatores socioculturais e também econômicos, proponho um recorte temático mais bem definido: meu estudo preocupa-se especificamente com a localidade de Juiz de Fora e com as alunas e professoras de cursos católicos privados, em geral pertencentes, elas, a famílias de condições financeiras mais estáveis.

Na primeira parte deste artigo, discuto o instrumental teórico e empírico que baliza minhas reflexões e apresento as fontes primárias, que são a pedra fundamental de meu trabalho. Na segunda, mergulho diretamente na Juiz de Fora dos primeiros momentos do século passado; na terceira, trato de projetos educacionais “modernos”, na cidade; e na quarta enfoco, no contexto juizforano, especificamente a formação/educação das futuras mães de família ou futuras irmãs de caridade, destacando questões tais como: o modelo de ensino católico, as proposições pedagógicas predominantes na época, as perspectivas profissionais das alunas formadas no Colégio Stella Matutina.

Nesse exercício inicial com as ditas fontes não pretendo apresentar soluções; restrinjo-me a levantar questões gerais e apontar possíveis abordagens e temáticas a serem posteriormente trabalhadas. Mais do que isso: minha meta é demarcar os limites do objeto, apontar o que identifica e diferencia as mulheres (alunas e professoras) envolvidas no projeto educacional do Colégio Stella Matutina do referido momento histórico.

Estratégias de pesquisa e opções metodológicas

Em sua obra *Miséria da teoria* o historiador inglês Edward Thompson traça uma definição daquilo que ele chama “lógica histórica”, fator essencial que, a seu ver, diferenciaria a história dos demais campos do saber convencionalmente classificados como “ciências humanas”: qualquer estudo na área historiográfica, em específico, para o autor, deveria necessariamente ser pautado na articulação entre dois elementos – a teoria e a empiria (Thompson, 1981, pp. 47-62).

Compartilhando tal perspectiva, atendo-me, inicialmente, ao longo desta primeira parte, a discutir possíveis abordagens metodológicas do

tema em estudo; e também refletir diretamente sobre os vestígios deixados pelos homens e mulheres envolvidos no processo em análise (as fontes primárias), fundamentando, assim, os caminhos a serem por mim trilhados mais adiante.

O regional e o nacional: “tramas e nós”

Desde a década de 1970 é marcante a influência da historiografia francesa nas produções acadêmicas nacionais. Isso porque, a partir de então, foi por nós incorporada uma série de inovações há muito trabalhadas pela chamada *École des Annales*, tanto no que diz respeito aos recortes temáticos e temporais, quanto à metodologia, ao tipo de enfoque, aos objetos e às fontes pesquisadas – é, assim, portanto, que o período republicano aparece em nossas academias como nova grande preocupação, as abordagens interdisciplinares ganham vulto, a antropologia torna-se importante referencial, os excluídos da história tradicional conquistam espaço, e o trabalho com fontes não oficiais (como fotografias, relatos orais, artigos de jornal) adquirem credibilidade e legitimidade entre os especialistas. Soma-se a isso o fato de que a influência de estudos desenvolvidos por pesquisadores europeus e a possibilidade de análise de fontes documentais catalogadas em arquivos históricos locais espalhados por todo o país, aliadas à multiplicação de nossos programas de pós-graduação, fez crescer e enriquecer mais uma área de interesse: o estudo das experiências históricas *regionais* (Arruda & Tengarrinha, 1999, pp. 77-80).

Inúmeros pesquisadores questionam, entretanto, os possíveis problemas decorrentes de uma abordagem reduzida no espaço. Quando da publicação de seu livro *Montaillou*, em 1975, por exemplo, Emmanuel Le Roy Ladurie, um dos mais ilustres representantes dos *Annales*, foi firmemente criticado. Estudo inovador à maneira antropológica, pretendia recuperar a realidade cotidiana dos camponeses de uma pequena aldeia francesa por meio dos depoimentos deixados por eles em registros inquisitoriais; porém, aos olhos de grande parte dos especialistas, falhava em não traçar os vínculos entre os hábitos e posturas daquela gente com os de um grupo social mais amplo e abrangente (Burke, 1997, pp. 95-

97). Citamos, a seguir, a título de exemplo, as impressões do historiador inglês Peter Burke acerca da dita obra:

Nenhuma comunidade é uma ilha, nem uma aldeia de montanha como Montailhou. Suas conexões com o mundo exterior, tão distante quanto a Catalunha, emergem claramente do próprio livro. O problema permanece: Que unidade maior representa a aldeia? É uma gota de que oceano? [idem, p. 97].

Contudo, da mesma forma que Burke em sua crítica declara e torna evidente a fragilidade de um trabalho que não busca os vínculos do regional com um sistema geral ao qual pertença, ele acena também para a possibilidade de que estudos sobre questões locais se revistam de uma série de elementos positivos. Seria consenso na historiografia, por exemplo, em primeiro lugar, o fato de o historiador, trabalhando um recorte mais preciso, ter a chance de acesso à quase totalidade das fontes relativas ao seu objeto, e a chance de, sozinho, abarcá-las todas. Além do mais, pode-se ainda acompanhar os desdobramentos de seu tema ao longo de um período mais amplo, analisando rompimentos e continuidades. Por fim, fazendo uso de um método comparativo, chegar à elaboração de um quadro de relações entre o geral e o particular; obter generalizações mais precisas (Viscardi, 1997, *passim*). No entender de Vera Alice Carvalho Silva, “a História Regional tem representado um dos mais eficazes instrumentos de teste de teorias estabelecidas” (Silva, 1990, p. 47).

Segundo Cláudia Viscardi, no Brasil os estudos regionais teriam surgido principalmente no domínio da história agrária, destacadamente numa perspectiva marxista de análise de temáticas relativas a fatores econômicos e geográficos; historiadores de expressão como Rosa Maria Godoy, Francisco de Oliveira e Ciro Flamarion Cardoso entendiam o “local” como parte diretamente integrante da estrutura “global”. Uma segunda vertente, contudo, tendo como ponto de referência a opção por análises do político, veio propor uma perspectiva diversa, apresentando o regional como elemento intrinsecamente relacionado às outras parciais componentes do todo; os brasilianistas John With, Joseph Love e

Robert Levine foram os principais expoentes desse grupo. Um terceiro apresentou mais uma possibilidade de entendimento interessante: Ilmar Mattos e Ângelo Priori, influenciados pela metodologia utilizada pelos antropólogos, afirmaram que a noção de “região” não poderia ficar restrita nem a limites naturais nem a limites administrativos, e sim ser tomada como relativa a aspectos socioculturais; isto é, cada uma das regiões, na visão desses pesquisadores, possuiria uma localização temporal, seria definida variavelmente pelos agentes históricos, e a partir dela seriam criadas identidades. Isso posto, percebe-se, então, que o delineamento do “regional” não é de fato questão fixa, imutável, mas na realidade molda-se e transforma-se de acordo com as mais diversas perguntas colocadas pelos historiadores (Viscardi, 1997, *passim*).

Tendo em vista tais concepções de análise, pretendo, assim, ao longo de minha pesquisa, garantir ao tema escolhido um tratamento tal que conceba a cidade de Juiz de Fora como elemento integrante de uma estrutura maior; um elemento marcado por aspectos diversos, mas também identificáveis aos observados em todo o território nacional por historiadores que trataram temáticas próximas à minha, num recorte espacial mais amplo. Assim, poderei perceber até que ponto são válidas para a realidade juizforana generalizações propostas anteriormente acerca do ensino brasileiro, do ensino católico, do ensino para mulheres. Compreendendo também que a divisão político-administrativa representa apenas uma das variáveis relevantes para a compreensão da dinâmica local, permito-me incluir na análise por ora proposta meninas oriundas de outros municípios, sem contar as “irmãs” oriundas de outros países, e que para cá se deslocavam, e aqui passavam a estudar/trabalhar no regime de internato.

A historiografia recente e as novas “modas” para a mulher

É sabido que o projeto de renovação metodológica da história proposto pelos representantes da *École des Annales* não pretendia simplesmente trocar o antigo pelo novo, indiscriminadamente. As mudanças metodológicas, relativas a possibilidades de abordagem e ampliação do conceito de fontes, por exemplo, vinham corresponder a uma concepção específica

do *metier* do historiador e da razão de ser da disciplina com a qual trabalhavam (Scott, 1992, pp. 63-95; SOIHET, 1997, pp. 275-296).

Pretendiam eles, na realidade, romper com a idéia de modelos dados; por exemplo: abandonar a perspectiva de um suposto “ser humano universal”, e dedicar-se à tentativa de revelar uma infinidade de possíveis vivências, versões e identidades alternativas àquelas percebidas quando do contato meramente com fontes oficiais. Daí proporem estudos que visavam à abordagem das especificidades locais; daí proporem estudos que visavam recuperar a voz de indivíduos silenciados, os marginalizados, as minorias e os renegados; e especificamente nesse contexto perceberem as mulheres como objeto importante a ser incluído nas análises.

Surge, contudo, implícito a esse movimento de inovação, uma série de problemáticas relacionadas à dificuldade de definir “gênero” enquanto objeto de estudo. Segundo a historiadora inglesa Joan Scott, não podendo o conceito “mulher” ser determinado meramente por uma questão biológica, mas sim social e cultural – que se estabelece paralelamente, ao mesmo tempo em conformidade e em oposição, ao de “homem” –, revela-se a necessidade de percebê-lo como uma construção que varia no tempo e no espaço. Isto é: assim como não há um “ser humano universal”, não há, também, uma noção una de “feminino” – ele se fragmenta, pluraliza e enriquece em diversas raças, etnias, classes e condições (Scott, 1992, pp. 75-85).

À medida que essa visão se difundiu e cresceu o número de pesquisas produzidas com base nela, uma outra problemática se apresentou: a necessidade de revisão da perspectiva da mulher enquanto indivíduo, porque submetido, submisso, destituído de anseios próprios. Como a vida privada e o cotidiano começaram a surgir, aos olhos dos historiadores, como peças fundamentais de compreensão das realidades históricas, mesmo restritas a seus lares as mães de família foram percebidas como de fato participantes da história (Soihet, 1997, pp. 280-292).

A presença feminina, então, passou a demarcar-se em ocasiões que iam além da mera cumplicidade em atos protagonizados por homens, e uma série de pesquisas se dedicou à análise de casos em que a mulher aparecia se impondo e rebelando, buscando a realização de projetos pessoais; os historiadores têm mesmo optado por debruçarem-se em

estudos das tentativas das mulheres, aproveitando as pequenas brechas deixadas pelos sistemas, tirando proveito das imagens que a sociedade lhes conferia, ampliarem seus espaços de atuação e fazerem valer suas vontades (idem, pp. 277-279; Louro, 2000, p. 478).

Tendo em vista a importância de tais reflexões acerca das opções metodológicas feitas recentemente pela historiografia no que tange à temática que escolhi estudar, busco, então, no presente artigo, incorporá-las e reavaliá-las, mantendo-as em diálogo constante com as fontes primárias disponíveis, descritas a seguir. Proponho-me, assim, em meu trabalho, a refletir acerca do papel exercido, na sociedade juizforana do início do século, pela mulher educada e que trabalhava em escolas católicas; compreender especificamente até que ponto o universo escolar lhe proporcionava o recondicionamento ou a manutenção desse papel, e até que ponto tal formação lhes imprimia distinção tanto no que diz respeito aos meninos/homens de mesma classe social, às meninas/mulheres pobres, ou às que, em outras partes do país, também se dedicavam a tarefas ligadas ao ensino feminino.

Pesquisa empírica e definição dos “recortes”

Pretendendo abordar em minha pesquisa o papel da mulher na sociedade do início do século XX, cogitei a princípio a possibilidade de contrapor propostas de ensino elaboradas no seio de dois dos mais tradicionais colégios de Juiz de Fora, os quais, nessa época, eram administrados por congregações de freiras católicas, e se dedicavam exclusivamente à educação das moças – o Stella Matutina e o Santa Catarina. Contudo, já em meus primeiros contatos com as fontes disponíveis no acervo da biblioteca do primeiro deles, percebi que o estudo de tal temática no contexto juizforano me apresentava as mais diversas possibilidades de enfoque, e optei, então, por recortar meu tema e restringir a pesquisa aos limites específicos dessa instituição.

Os documentos por mim analisados não receberam ainda um tratamento merecido e encontram-se dispersos, espalhados em pastas desorganizadas, arquivados sem qualquer preocupação com uma ordenação com base na data em que foram expedidos ou produzidos. E em grande

parte são também artigos nos quais constam informações preciosas mas que, sem assinatura ou referência bibliográfica, não inspiram muita confiança. Assim, uma infinidade de fotografias das turmas de formandas se perde entre jornais mais recentes, convites para festividades do colégio, desenhos com novas propostas de *design* para os uniformes, cartas de ex-alunas, alguns poucos diplomas, boletins e cadernetas escolares das primeiras normalistas. O critério utilizado por mim para a seleção do que seria propriamente utilizado na pesquisa foi, então, meramente cronológico: tudo aquilo sobre o que se pudesse, de uma forma ou de outra, ter alguma certeza de que foi produzido no período que vai da primeira à quarta década do século XX passou a compor minha lista de fontes primárias.

Mais tarde novas fontes foram descobertas. A bibliotecária disponibilizou-me, então, o livro comemorativo dos 50 anos da chegada ao Brasil da congregação à qual pertenciam as “irmãs” fundadoras do Stella Matutina; um livro no qual constam textos das primeiras alunas do colégio que acabaram por optar pela vida religiosa e passaram a integrar o corpo da ordem. Esses escritos, muitas vezes de uma perspectiva romantizada, fornecem informações vagas sobre o histórico da ordem e sobre a vida e personalidade de seu fundador – o padre alemão Arnaldo Janssen; contam ainda um pouco mais acerca do dia-a-dia das aulas e da convivência com as “irmãs”-professoras.

No entanto apenas certifiquei de que minha pesquisa renderia bons frutos quando encontrei um jornal de circulação interna ao Stella Matutina, elaborado pelas alunas “maiores”¹ em 1936. Rico documento, desde sua primeira página apresenta dados importantes: comemora o início das aulas e o terceiro ano consecutivo de sua publicação, e apresenta os artigos divididos em colunas regulares, como “Vultos Nacionais” (no qual as “jornalistas” abordavam, a cada publicação, uma nova personalidade que julgavam importante para a história brasileira), “Relatório Indiscreto” (em que, descontraidamente, relatavam os equívocos cometidos pelas meninas

1. Expressão utilizada no jornal para designar as normalistas, em oposição às alunas do curso primário, chamadas “pequenas” (cf. Stella Matutina, órgão das alunas do Colégio Stella Matutina).

em sala de aula, e brincavam com situações inusitadas) e ainda a “Coluna do curso primário” (na qual constavam pegadinhas e trava-línguas). Traz ainda textos que refletiam sobre a função do professor e a importância de estudar, revelando uma série de questões interessantíssimas acerca do papel exercido pelas meninas no seio da instituição, e da concepção de ensino da qual elas acreditavam estar participando.

Uma terceira surpresa ainda me esperava: a bibliotecária encontrou nas prateleiras um envelope contendo a tradução do diário das freiras fundadoras do colégio, onde relatam suas experiências, dificuldades enfrentadas, e conquistas adquiridas até o natal de 1928. Não é possível saber ao certo quem é a autora dos escritos (os nomes que assinam certos trechos às vezes são citados neles em terceira pessoa), e as informações contidas quase sempre se atêm às questões burocráticas ou festividades – dias especiais provavelmente considerados muito mais dignos de nota do que a convivência com as alunas, em sala de aula. Porém, narrados em linguagem direta, mas extremamente pessoal, revelaram aspectos da vida escolar no Stella Matutina, que ainda me pareciam bastante obscuros.

Esperava que com o tempo encontrássemos, eu e a bibliotecária, documentos relativos à fundação do colégio e à proposta educacional apresentada nos primeiros anos de seu funcionamento; documentos estes que, certamente, me apresentariam informações mais precisas e diretas, e enriqueceriam grandemente meu trabalho. Segundo a bibliotecária, contudo, após a demolição do antigo prédio da instituição muita coisa foi perdida para sempre.

Também não obtive acesso a qualquer registro oficial dos nomes das matriculadas no colégio durante o período que optei por estudar. Entretanto há, entre as já citadas fontes do acervo da biblioteca, algumas que, se cruzadas, permitiriam um quadro pelo menos esquemático daquelas que compunham o corpo discente do Stella Matutina – muitas vezes no verso das fotografias há indicação das meninas que posam ao lado das “irmãs”, e no jornal de circulação interna acima referido há uma lista com as aniversariantes do mês. Imagino eu que, de posse de uma listagem com os sobrenomes, e consultando ex-alunas do colégio, seria possível analisar mais profundamente a origem das meninas que ali estudaram, e perceber que tipo de família se preocupava, no contexto em análise,

em conceder a suas filhas uma formação escolar. Mas não havia tempo disponível para tanto.

Além disso, numa pesquisa posterior, seria interessante ainda analisar jornais publicados na época, em Juiz de Fora, hoje arquivados no Setor Histórico da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Com base no estudo de artigos jornalísticos seria possível obter informações acerca de como os juizforanos de então avaliavam o papel social do *Stella Matutina*, ou acerca da maneira como o *Stella Matutina* pretendia apresentar-se perante os juizforanos de então, pelo veículo da imprensa. Segundo fonte consultada na instituição, haveria, inclusive, no jornal *O Pharol*, desde a fundação do colégio, uma coluna exclusiva da irmã Walburgis².

Minha pesquisa ateu-se quase em exclusivo a documentos produzidos internamente ao *Stella Matutina*, e que, portanto, dizem respeito à perspectiva dele próprio acerca de seu caráter e significado na sociedade em questão. Daqui em diante buscarei, enfim, com base na análise de tais fontes, assim como na leitura de trabalhos produzidos recentemente por historiadores sobre temáticas que tocam o meu objeto específico, esboçar o lugar pretendido pelas mulheres ligadas ao dito colégio, na Juiz de Fora do início do século XX.

“A *Bélle Époque* mineira”: a Juiz de Fora no início dos Novecentos

Após a proclamação da República, o sistema político brasileiro, que até então se caracterizara por uma tentativa marcante de centralismo, fragmentou-se, com base nos discursos federalista e liberal, nas influências dos mais diversos poderes locais. E é especificamente por isso que a nossa historiografia acabou por pintar o contexto nacional dos primeiros anos do século XX quase sempre marcado pela multiplicidade de situações, interesses e projetos das várias regiões do país (Monteiro, 1990, pp. 211-216).

2. Cf. irmã Inês S. Sp. S., “*Stella Matutina*” (in *Jubileu Áureo...*, p. 53-55).

Uma outra tendência se percebe na maioria dos trabalhos: grande parte dos pesquisadores desenha a época como em franco processo de modernização. Assim, destacam-se caracterizações que incluem fatores como crescimento demográfico, implementação das redes de transporte e de fornecimento de energia elétrica, aumento da população das cidades e do número de centros urbanos, e significativo desenvolvimento industrial. Tais elementos aparecem ainda geralmente como respostas à iniciativa privada, de setores (inicialmente nacionais e posteriormente também estrangeiros) que puderam e souberam aproveitar-se da conjuntura favorável, marcada pela disponibilidade de matérias-primas abundantes e de baixo custo, assim como de recursos financeiros provenientes da atividade cafeeira, mão-de-obra barata, e mercado consumidor satisfatório (idem, pp. 216-227).

Desses primeiros anos do século XX não podemos deixar de citar ainda, no que diz respeito ao campo cultural, a “Semana de 1922”, um projeto de artistas brasileiros que pretendiam uma arte eminentemente nossa, ainda que sob influência de vanguardas européias. Quanto aos aspectos religiosos, embora no país o catolicismo permanecesse como força política incontestável, fica claro que com o advento da República, a instituição do Estado Nacional laico, e a concessão de liberdade de culto a todas as religiões, tivemos uma cada vez maior propagação de preceitos protestantes, em geral caracterizados por uma maior compatibilidade com os ideais de modernização.

A chamada “Revolução de 1930” vem, entretanto, trazer um novo sentido ao projeto modernizador descrito, característico da Primeira República. Decorrente de uma crise no poder que opôs oligarquias locais dominantes a grupos apartados das decisões político-institucionais mais relevantes (militares, setores médios urbanos, setores ligados à atividade industrial), o golpe levou à administração uma burocracia imbuída de interesses próprios, até 1937 (Mendonça, 1990, pp. 229-242). A partir desse período passa a prevalecer, então, aquilo que os historiadores costumam chamar “modernização conservadora”, redefinição do papel do aparelho estatal como agente financiador, interventor e centralizador – daí programas que levaram à articulação das atividades agrárias em torno da industrial, ao alargamento da estrutura tributária, à criação

de empresas públicas. Também foram criadas nessa época instituições com abrangência em todo o território do país, as quais se voltavam ao controle da cultura como “matéria nacional” (o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – é um bom exemplo) e à parceria com os trabalhadores (os sindicatos e as leis trabalhistas). Segundo Sônia Regina Mendonça, “a ‘revolução de 30’ inaugurou uma etapa decisiva do processo de constituição do Estado brasileiro enquanto um Estado nacional, capitalista e burguês” (idem, pp. 243-272)

É consenso na historiografia local que, nas quatro primeiras décadas do século XX, Juiz de Fora, encontrando-se financeiramente próspera nos setores primário, comercial e de serviços³, pôde integrar-se a esse projeto modernizador, o que implicou uma série de avanços e melhorias tanto na infra-estrutura urbana, quanto no campo das artes e da cultura. Investiu-se, assim, na cidade, em projetos como o de calçamento de ruas, iluminação pública, saneamento e abastecimento de água, construção de pontes, estradas e cemitérios; mas também no embelezamento da cidade, segundo o conceito moderno de civilidade – a racionalização dos espaços, a transformação de ruas em *boulevares*, a remodelação do parque Halfeld, a proibição da construção de prédios térreos no centro da cidade, e a isenção de impostos para aqueles que construíssem casas de mais de dois andares, por exemplo. Nesse contexto podemos citar ainda a criação do Banco de Crédito Real, de uma biblioteca municipal, de uma série de jornais diários, de casas de diversão, da Academia Mineira de Letras, e de colégios particulares religiosos ou laicos, voltados para a formação primária ou secundária dos jovens do município (Oliveira, 1966, pp. 145-147, pp. 153-154, pp. 178-180, pp. 213-216, pp. 239-241, p. 267). Também tivemos, na cidade, a difusão do *metodismo* – o ambiente progressista seguramente inspirava nos protestantes um certo ar de receptividade (Castro, 1994, p. 59).

Na visão da historiadora juizforana Maraliz de Castro, inclusive, a cidade tendia a apresentar-se mais fortemente ligada ao Rio de Janeiro do

3. A historiadora Maraliz de Castro propõe em sua obra *A “Europa dos pobres”* uma perspectiva contrária à tradicional, que concebe o Estado, na Juiz de Fora do período em questão, como principal agente da modernização e a ausência de um empresariado ativo e capitalizado (Castro, 1994, p. 75).

que ao tradicional centro minerador, localizado no coração de seu próprio estado. Seus moradores pareciam estar sempre buscando, construindo e veiculando uma identidade própria, diversa daquela que concebia o indivíduo natural de Minas Gerais como matuto católico conservador, e apresentavam um modelo mais próximo ao homem cosmopolita, civilizado e intelectualizado da então capital do país (idem, pp. 1-12).

Ser moderno no Brasil do início do século XX: a formação das elites

Segundo Jorge Nagle, no final do século XIX e início do século XX, paralelamente ao estabelecimento do projeto de modernização da sociedade brasileira e em grande parte como decorrência dele, a educação foi percebida como principal arma contra o atraso e os problemas sociais da nação (Nagle, 1977, p. 263).

É preciso ter em mente, aqui, que as propostas e percepções acerca da função a ser assumida pela tarefa educativa – é claro – variaram no *tempo*. Vemos prevalecer, nas primeiras décadas do século XX, entre as elites, a tradicional e arraigada concepção educativa voltada para um ensino intelectualista, fator de distinção social, indicativo de civilidade e polidez; paulatinamente, contudo, observa-se nesse período uma defesa cada vez mais enfática da ampliação do projeto educativo a camadas mais extensas da população, da capacitação geral dos cidadãos para o trabalho na indústria moderna (CURY, 1988, p. 18).

O Estado não deixou de participar desse movimento, implementando reformas, exercendo controle decisivo sobre os vários estabelecimentos, com vistas a garantir a qualidade do ensino no país, o que implicava adequação aos novos tempos – e vice-versa (idem, p. 19). Notamos isso claramente quando em contato com as crônicas escritas pelas irmãs-professoras do Stella Matutina: já em finais dos anos de 1910 reclamam da interferência do governo nos procedimentos internos da instituição, do envio constante de inspetores, e da exigência da presença de fiscais durante a realização dos exames finais (cf. Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, pp. 2, 56, 60 e 62).

Com a aproximação dos anos de 1930, torna-se cada vez mais enfático o discurso de defesa de um poder estatal mais forte e centralista, e da necessidade de moralização do país. No contexto inaugurado pelo golpe, portanto, teremos uma relativa modificação nas maneiras de pensar a educação que, embora também devesse necessariamente corresponder a exigências da sociedade moderna, tinha de estar mais fortemente vinculada a concepções patrióticas, que depositavam nos jovens a esperança de uma nação mais próspera, justa e harmônica (idem, p. 7 e p. 9). Nesse contexto, veremos, o programa proposto pelo Estado e pelas congregações religiosas coincidiam: ambos pretendiam enfocar a formação do *caráter* dos alunos (idem, p. 55).

Nesse bojo surgem também projetos sistemáticos de reformas educacionais, muitos dos quais necessariamente de tudo identificados ao Estado instituído. Dentre as proposições mais interessantes, podemos citar as de Rui Barbosa, apresentadas em discurso de 1882; as constantes no chamado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932; e, por fim, aquelas compartilhadas pela iniciativa privada ou por ordens religiosas.

Em sua obra *A “Europa dos pobres”* Maraliz de Castro dedica-se a avaliar a importância conferida, especificamente pelos juizforanos, nesse contexto de modernização das estruturas econômicas, à formação das novas gerações, e acaba por propor como uma das figuras mais definitivas no processo de renovação do ensino em Juiz de Fora um empresário de renome, o senhor Bernardo Mascarenhas.

Castro apresenta-o, desde o princípio de sua argumentação, como exemplo de personalidade estritamente ligada ao projeto modernizador local, não simplesmente porque desejava a instalação de indústrias e a urbanização racionalizada da cidade, mas porque de fato compreendia que para colocar a região nos trilhos do progresso era preciso, antes de mais nada, modificar a *mentalidade* dos trabalhadores do campo e reestruturar as relações sociais entre patrão e empregado; quer dizer: ele percebia claramente que “o problema [central] era [na realidade] como, em uma área rural, transformar o camponês em operário, impondo-lhe noções novas como as de ‘tempo útil’, ‘divisão de trabalho’, ‘disciplina fabril’, além de habilitá-lo ao trato com o maquinismo...” (Castro, 1994, p. 71).

No norte de Minas Gerais, Bernardo Mascarenhas chegou a colocar em prática um programa industrialista que previa atuar além dos meros vínculos diários empregado/fábrica, regulando a vida como um todo dos funcionários, dos momentos de labuta aos momentos de lazer. Construiu uma vila operária onde os trabalhadores deveriam ir morar com suas famílias; cuidou do fornecimento dos alimentos e vestuário mais apropriados através do armazém da companhia; garantiu assistência médica para as mulheres e crianças e educação para os jovens; além de impor normas de conduta a serem seguidas durante e após o horário de serviço (idem, p. 72).

Porém, foi pouco a pouco percebendo que não bastava capacitar apenas aqueles que lidariam com o trabalho *pesado* nas indústrias; isto é: que seria indispensável formar indivíduos aptos a *gerir* os negócios e cumprir o papel *intermediário* entre proprietário e operários. Não prevenido qualquer possibilidade de seu projeto ali progredir, partiu para Juiz de Fora, crendo encontrar nela um ambiente mais acolhedor para seus ideais modernizadores. Abriu uma promissora indústria têxtil, tomando contato pessoal com outra conhecida personalidade do município, Francisco Batista de Oliveira, com o qual, no ano de 1891, fundou a Sociedade Anônima Academia de Comércio, o primeiro instituto brasileiro de formação superior na área (idem, pp. 73-75, p. 80).

Criado nos moldes da École des Hautes Études Commerciales de Paris, o colégio importou da França desde o material didático a ser utilizado pelos professores, o currículo, os programas e a planta do edifício do estabelecimento, até propriamente o diretor pedagógico, o professor Georges Quesnel. A instituição visava especificamente à formação de indivíduos para atuar na administração de empresas tanto comerciais quanto industriais e bancárias, bem como de intelectuais integrados à nova lógica do capital, e possíveis difusores de seu programa industrialista (idem, pp. 80-81).

Contudo, aclamado no ano de seu estabelecimento, a Academia de Comércio não obteve a médio prazo o sucesso imaginado. Na realidade, a maioria dos pais continuava preferindo enviar seus filhos para se formarem bacharéis em direito noutras localidades; dentro de um projeto arcaico, viam no título de doutor e na garantia de colocação entre os

cargos burocráticos municipais o caminho mais certo para a realização social e profissional dos meninos (idem, p. 89).

Com um número bastante reduzido de matriculados e não dispondo de apoio financeiro estatal ao empreendimento, pois Bernardo Mascarenhas, Francisco de Oliveira e os demais acionistas da instituição optaram por doá-la a um grupo de religiosos católicos ligados à ordem dos salesianos, a escolha daqueles para quem seria entregue a administração do colégio não foi, certamente, aleatória; revela o desejo de que o colégio mantivesse de certa forma uma perspectiva pragmática e utilitarista – os padres salesianos eram conhecidos e reconhecidos por sua atuação “moderna” no campo educacional, especificamente em liceus de artes e ofícios do Rio de Janeiro e de São Paulo (idem, pp. 92-93).

Em breve, porém, a Academia de Comércio foi transferida para uma outra congregação católica mais decisivamente engajada no programa de romanização do clero local – a Congregação do Verbo Divino. Com essa administração, atenta ao discurso da necessidade de fortalecimento do poder e influência das autoridades eclesiásticas na sociedade brasileira, a instituição acabou por colocar em grau de importância menor a idéia da formação comercial dos alunos, adotando uma perspectiva de ensino mais tradicional.

Como já esbocei em parágrafos anteriores, isso não quer dizer, contudo, que os clérigos do Verbo Divino ignorassem o projeto modernizador corrente no município. De fato, estavam atentos às necessidades que agora se impunham, de tal forma que chegaram, posteriormente, a enviar à Alemanha (país sede da congregação) um grupo de padres para obter os conhecimentos indispensáveis para dirigir um curso comercial anexo ao ginásio. Souberam também investir na compra de materiais e equipamentos para o ensino técnico e científico (idem, p. 99).

Ao longo de quase todo o século XIX, por meio da instituição do Padroado, o Estado imperial brasileiro mantinha a Igreja sempre próxima de si, sustentando-a mas também, em grande parte, coordenando-a, de tal maneira que acabava relativamente pouco a par das preocupações específicas de Roma. Com a proclamação da República e a laicização do governo, a capacidade de influência da Igreja sobre os destinos da nação reduziram-se; contudo, foi também como decorrência desses fatos que

se permitiu aos nossos bispos e padres a possibilidade de organização e atuação conforme as determinações do papa – é neste contexto que tem início o que os historiadores costumam chamar “processo de romanização do clero no Brasil” (Cury, 1988, pp. 13-14).

A Igreja brasileira revelou-se, então, sempre muito preocupada em estabelecer contatos freqüentes com as autoridades católicas européias, assim como em facilitar a entrada de congregações italianas, portuguesas e alemãs no país. Buscou ainda estar sempre ciente daquilo que pregavam esses grupos e, ao perceber que o contexto histórico nacional, de desenvolvimento industrial e urbano, era semelhante ao vivenciado na Europa, se sentiu inclinada a reproduzi-las, aqui – conforme o historiador Carlos Jamil Cury –, quase sem ressalvas (idem, pp. 11-12).

O discurso recorrente dos clérigos no Brasil era, portanto, naquela época, tal qual o daqueles que atuavam nos países europeus, *reformista*: não condenavam o sistema capitalista consolidado, mas propunham uma maior adequação deste aos preceitos cristãos; julgavam que os problemas da época decorreriam não de questões socioeconômicas, mas *morais*; criticavam, enfim, a ânsia desenfreada pelo lucro e pelo consumismo; e prescreviam como solução a retomada do ideal de amor ao próximo. Além disso, percebendo que seu espaço de atuação estreitava-se enquanto o de novas seitas ganhava projeção, tornaram-se enfáticos: as verdadeiras respostas aos problemas da nação não seriam encontrados na fé, e sim propriamente na *verdadeira* fé, a católica (idem, p. 42; Nunes, 2000, p. 492).

A maneira encontrada por eles de vencer a “concorrência” e constituir uma base de apoio informal – mas suficientemente forte e engajada para fazer valer seus princípios em toda parte, a todo momento – foi dedicar-se à tarefa missionária de conversão de fiéis e de zelo no que tange à formação educacional de seus devotos. Acreditavam que, embora afastados do poder público, caso conseguissem instruir uma elite intelectual politicamente ativa em consonância com seus projetos e perspectivas, garantiriam participação indireta no cenário do poder nacional. Condenavam, por isso, o ensino laico, voltado explicitamente para a capacitação profissional dos alunos; em suas salas de aula priorizavam o trabalho com questões morais e éticas (Cury, 1988, p. 17).

O interesse pelo controle da formação educacional das moças é parte desse programa: por meio dessas futuras mães e donas de casa se poderia assegurar o controle das famílias e das ações privadas (idem, p. 38; Nunes, 2000, p. 491). As freiras do Stella Matutina, por exemplo, deixam sempre muito claro, em seu diário, o desejo de incluir as famílias na realidade escolar das alunas – por isso as festas são sempre encaradas como eventos importantíssimos⁴; por isso nos primeiros anos de funcionamento do colégio organizavam regularmente excursões para as fazendas e propriedades de algumas alunas (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 17). Relatam ainda, em muitos momentos, o costume de visitar os pais que residiam em Juiz de Fora, “para ficar conhecendo melhor e ganhar sua confiança” (idem, p. 4).

A pesquisa desenvolvida pela historiadora Maraliz de Castro revela, por fim, que o projeto católico de inserção e ação nos lares juizforanos era efetivo, visto que, segundo os documentos por ela consultados, seria uma constante o envolvimento de grupos leigos nos embates contra os protestantes estabelecidos na cidade (Castro, 1994, p. 66 e p. 96); embora, provavelmente por ter restringido minha análise às fontes produzidas internamente ao colégio, não tenha obtido acesso a qualquer informação relativa a tais conflitos, em *Europa dos pobres* eles pipocam aqui e ali, num templo metodista apedrejado, num insulto, na declaração de Pedro Nava, em suas memórias, sobre o ensino protestante difundido na cidade: “Minha mãe achava aquilo um desaforo” (cf. Nava, 1983, apud Castro, 1994, p. 65).

Sobre os cristãos não-católicos em Juiz de Fora, afirma a historiadora Maraliz Castro: paralelamente a todo esse movimento de atuação da Igreja no ensino de Juiz de Fora, deu-se a criação do Instituto Granbery por autoridades metodistas residentes na cidade. Nesse estabelecimento a maioria dos professores era e tinha de ser, segundo determinações superiores, de missionários norte-americanos, fato que por um lado gerou grande descontentamento entre os jovens brasileiros que se formavam ali mesmo no colégio e não eram incorporados no quadro de funcionários, e que, por outro, acabou por manter a instituição sempre muito ligada,

4. Relatam que as festividades eram muito bem recebidas pela cidade, e as instalações ficavam lotadas mesmo nos dias de chuva (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 20).

dependente mesmo, da Igreja-mãe e dos princípios que haviam desde o início motivado o interesse do grupo religioso pelo Brasil, assim como a vinda de representantes. Esse vínculo forte garantia que o projeto ideológico da instituição permanecesse sempre emparelhado a concepções tão em voga nos Estados Unidos, país que agora despontava no cenário internacional como grande potência industrializada (idem, pp. 60-61).

Segundo documentos consultados por Maraliz Castro (tais como o regulamento e o estatuto de ensino do Granbery, por exemplo), os principais pressupostos pedagógicos dessa instituição estariam todos vinculados aos ideais de progresso, racionalismo, individualismo, pragmatismo e utilitarismo; focava-se, portanto, no colégio, a formação de um homem autônomo, capaz de pensar livremente e de desenvolver-se livremente, habilitado a integrar de maneira satisfatória, positiva e atuante, o sistema democrático. Dentro dessa perspectiva, o sentido da formação escolar não seria a erudição mas a atuação no mercado e na sociedade (idem, p. 61-62). Conforme a visão da pesquisadora, enfim, ainda que tal concepção de ensino fosse veementemente atacada pelas classes católicas conservadoras, teve boa acolhida entre alguns dos setores progressistas da cidade (idem, p. 59 e p. 64).

Cabe-nos pensar, daqui em diante, como se estabeleceu em específico o ensino das meninas no contexto juizforano descrito. De fato, antes da fundação do Stella Matutina haveria na cidade muitas instituições visando à educação feminina; conforme o pesquisador Paulino de Oliveira, até 1900 elas corresponderiam precisamente a um total de quatro, todas laicas (Oliveira, 1966, p. 183). Porém, é apenas a partir do século XX, dentro do programa de romanização do clero local, que observamos mais claramente e oficialmente a idéia de incorporação das mulheres num projeto educacional sistemático.

Ser “Stella” no início do século XX: a formação das moças de família e irmãs de caridade

O projeto do Colégio Stella Matutina remonta a meados do século XIX, quando o padre alemão Arnaldo Janssen, desejando atuar direta-

mente na tarefa de manter viva a fé católica entre os povos da América Latina, funda duas mais tarde renomadas ordenações: a Sociedade do Verbo Divino e a Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo, ambas com sede em Stevil, na Holanda (Jubileu Áureo..., pp. 8-32). A primeira delas, como vimos, enviará representantes para o trabalho missionário em Juiz de Fora, para administrar a Academia de Comércio; freiras ligadas à segunda aqui chegarão no ano de 1902, incumbidas também da função de exercer influência na cidade, especificamente na educação das mulheres – abrirão, em Juiz de Fora, numa pequena casa onde antes funcionara o educandário das Irmãs Servas de Sion, o colégio para moças Stella Matutina⁵.

Dois anos após sua fundação, havia no Stella Matutina por volta de 50 matriculadas, fato que exigiu um prédio maior para acomodar a escola. Mudaram-se, logo, para o lado da Catedral Metropolitana – para uma construção que, em 1913, também em virtude do aumento do número de alunas, passou por uma série de reformas com vistas à ampliação do espaço.

Em 1917, na Avenida Rio Branco, foram terminadas as obras em um terceiro prédio agora, contudo, planejado e erguido exclusivamente com vistas a comportar a instituição. Em 1928 já havia também sido construída, para usufruto de alunas e professoras, em estilo gótico, com portas entalhadas e rosácea na torre principal, uma imponente capela, réplica da sede da Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo, da Holanda (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, p. 60)⁶.

5. Cf. irmã Percília S. Sp. S. “Viva a Santíssima Trindade em nossos corações” (in Jubileu Áureo..., pp. 39-44).

6. Seria interessante que se realizasse uma análise mais profunda acerca das acomodações do novo prédio e suas relações com o projeto educativo proposto pela instituição. Então, poder-se-ia analisar a disposição dos dormitórios de alunas internas e das freiras e ainda das salas de aula, a comunicação entre os quartos, os esquemas para controle da disciplina durante a noite e durante o dia, a decoração, a opção por se fazer uma capela réplica da sede da congregação na Europa. Para aqueles que se interessam especificamente pela questão da engenharia e da arquitetura, as fontes proporcionam uma série de informações muito valiosas, descrevem mesmo passo a passo da construção do novo prédio com uma riqueza enorme de detalhes (Louro, 2000, p. 445).

Como os materiais necessários para o trabalho de construção tanto do prédio do colégio quanto da capela foram quase todos importados, e conforme nos contam as crônicas das freiras do Stella Matutina, tais empreendimentos representaram para a instituição um grande custo, em muitos momentos além das possibilidades financeiras disponíveis. Os gastos, no entanto, eram considerados necessários, indispensáveis mesmo: além das acomodações do antigo prédio não darem mais conta das necessidades infra-estruturais de acomodação das internas e das salas de aulas também, o estabelecimento exigia ainda um edifício que se destacasse entre os demais, que fosse de fato condizente com o lugar e a importância conquistados pelo colégio, na cidade (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, p. 2).

Nos relatos das irmãs é interessante notar, por exemplo, a preocupação recorrente com um espaço melhor para a realização das festividades do colégio, que, segundo consta, apesar de atraírem cada vez mais espectadores, não se davam em locais apropriados, suficientemente amplos para acomodar tanta gente. Tais carências não são, contudo, sentidas apenas pelas administradoras da instituição; são também por alunas, que se organizavam e programavam apresentações teatrais em praça pública para adquirir recursos, posteriormente investidos nas construções do novo prédio e da capela (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, p. 57).

Aliás, pela leitura dos relatos deixados por ex-alunas no livro comemorativo do jubileu da congregação no país, assim como no jornal produzido pelo corpo discente do Stella Matutina em 1936, percebemos, a todo tempo, uma grande preocupação em demonstrar que aquele estabelecimento era o melhor lugar do mundo para estudar, e que portanto seria um dádiva e ao mesmo tempo um dever trabalhar duro em nome de sua projeção. Num jornal da instituição referente ao primeiro mês de aula do ano, lê-se sobre a alegria de estarem de volta, de poderem matar as saudades das colegas e professoras, e também uma absoluta disposição para o estudo, para aprender. Percebe-se que, na visão daquelas que compõem o corpo discente da instituição, o fato de serem alunas do Stella lhes imprimiria responsabilidades, e muitas alegrias: significaria ao mesmo tempo ser competente, atuante e boa; implicaria um diferencial

em relação às demais meninas da cidade, que não teriam a oportunidade de receber a mesma formação⁷.

No ano de 1917, após um dia inteiro de trabalho na construção do novo prédio, a irmã encarregada do diário da instituição terminou as notas com uma frase significativa, que antecipa aspectos relevantes, definidores e diferenciadores das mulheres envolvidas com as atividades do colégio – é o emblema de todas elas: “Tudo para a glória de Deus! A Deus a honra, ao próximo a alegria, para mim o esforço, o trabalho!” (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, p. 3).

Rompendo com o modelo tradicional das freiras enclausuradas, as administradoras do Stella Matutina são exemplo de uma nova percepção acerca da função da mulher religiosa na sociedade brasileira: eram “irmãs de caridade”, atuantes no dia-a-dia das pessoas comuns, na educação das crianças, no tratamento dos doentes (Nunes, 2000, p. 492). Durante todo o período por mim analisado, inúmeras delas foram enviadas tanto para Juiz de Fora como para diversas outras cidades do país, como São Paulo e Ponta Grossa; estabeleceram-se, assim, em dezenas de colégios para formação de moças, além de desenvolverem atividades em Escolas Paroquiais para a educação de meninas pobres, em creches, em asilos e em hospitais (Jubileu Áureo..., pp. 8-32). No jornal produzido pelas alunas por mim consultado há mesmo implícita uma clara concepção de “engajamento atuante”, como na frase: “A vida de todos nós é uma responsabilidade, e somos culpados não somente do mal que fizemos como do bem que deixamos de fazer” (Stella Matutina, 1936).

No que diz respeito às concepções educativas propostas no período estudado há, apesar da característica pluralidade, um elemento bastante recorrente: o entendimento da educação como processo por meio do qual a criança se transformava em adulto e habilitava-se a exercer seu papel social; “civilizava-se”, enfim. Aliás, podemos perceber bem claramente,

7. Cf. irmã Inês S. Sp. S., “Stella Matutina” (in Jubileu Áureo..., pp. 53-55). Mesmo os uniformes utilizados pelas alunas do Stella Matutina correspondiam em si a um importante fator de diferenciação. Exibiam um modelo de gala, todo branco, nas festividades do colégio, e caminhavam com o tradicional, azul marinho, pelas dependências do colégio, pelas ruas de Juiz de Fora, nas excursões de férias, nas acaloradas manifestações contra a presença protestante na cidade.

nas entrelinhas das matérias publicadas no jornal de circulação interna ao colégio, que a concepção de ensino da qual as alunas acreditavam estar participando aproximava-se muito disso. Pressupunha mesmo a idéia de que as meninas, destituídas *a priori* de qualquer saber, estariam lá para aprender questões essenciais *previamente* estabelecidas como essenciais; para tornarem-se mulheres conforme um modelo dado, o qual não lhes caberia contestar. É o que se lê, por exemplo, em metáforas utilizadas para se referir às colegas de turma em textos tais como o seguinte: “Você é que são qual diamante depositado em mãos hábeis para completar a sua lapidação, a fim de que, de suas facetas, se desprendam os raios benéficos, que vão iluminar a família, a sociedade e a Pátria, que tudo espera da juventude!” (Stella Matutina, 1936). As estudantes não são sujeito da educação, seus desejos e anseios individuais quase não têm importância ao longo do processo educativo; elas são simplesmente objetos nos quais se inscrevem valores aprioristicamente tidos como imprescindíveis.

No período, a responsabilidade pela tarefa educacional era, portanto, atribuída especificamente aos professores; eram eles que coordenavam as aulas, que estabeleciam os objetivos a serem alcançados, que estimulavam os alunos, que cuidavam de reprimir ou punir atos irresponsáveis. Por isso se esperava deles, enquanto indivíduos e cidadãos, que cumprissem uma série de requisitos que iam além da capacidade de adquirir e transmitir conhecimentos. É o que se percebe, por exemplo, quando em contato com cadernetas escolares e boletins das alunas do Curso Normal do Stella Matutina, futuras professoras: além de mencionarem as pontuações obtidas ao longo do curso, as tais cadernetas registravam observações acerca da postura apresentada pelas estudantes nas aulas teóricas e práticas (Caderneta Escolar...); já nos boletins, constam notas para questões como comportamento, civilidade e aplicação⁸.

A primeira e mais fundamental exigência que se faz aos mestres diz respeito, destarte, à sua *moralidade*, à sua “decência”: encarregados de formar o caráter dos alunos, tinham de servir como exemplos a serem

8. Cf. Boletim da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano do curso normal, em 1930; e da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano de adaptação, em 1929.

seguidos (Louro, 2000, p. 467). No que tange ao Stella Matutina em específico, por tratar-se de uma instituição católica, tal princípio aparece com mais ênfase; a irmã-superiora, freira Walburgis, por exemplo, aparece como referência mais importante de docentes e discentes. Lê-se nas crônicas da instituição:

[...] ela procura contentar a todos, sobrecarregando-se de trabalho, usando muitas vezes as horas da noite para preparar as aulas. Muitas vezes é vista na chácara arrancando os matinhos ou na cozinha ajudando no trabalho. À mesa nos dá um exemplo de sobriedade. Come sempre pão seco e nunca põe açúcar no chá, dando a impressão de não gostar de doce, mas na verdade ela faz isto por penitência. Ela aprecia a simplicidade e a sinceridade e detesta maneiras artificiais. Não suporta palavras de adulação. Nada consegue tirar-lhe a calma, mesmo se a casa desabasse ela não perderia seu domínio próprio e se mostraria agitada ou nervosa. Grande é a nossa sorte por ter tal superiora. Deus nos ajude a seguir seu exemplo de simplicidade [Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 6].

Podemos destacar *métodos* utilizados pelas professoras para estimular suas alunas a cumprirem seus papéis – como filhas, como boas moças, como estudantes do Stella Matutina. Nos primeiros anos da escola (consta no diário das irmãs) todas elas recebiam prêmios por seu esforço e dedicação, mas aquelas mais bem-sucedidas eram agraciadas com recompensas melhores – Bíblias e livros de oração em edições bonitas (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 1 e 20). Já em períodos posteriores, provavelmente como decorrência do significativo aumento no número das matriculadas, não há qualquer referência a essa prática, mas podemos observar em todos os boletins consultados que se registrava, após as notas obtidas nas matérias cursadas, a posição obtida pela média geral de cada uma em relação às das demais colegas de turma; quer dizer: o espírito competitivo mantinha-se como estratégia⁹.

9. Cf. Boletim da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano do curso normal, em 1930; e da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano de adaptação, em 1929.

Segundo a historiadora Guacira Louro, contudo, prevaleceu nesse período, em todo o país, a concepção de que a *afetividade* constituía um instrumento educativo fundamental, idéia facilmente compreendida quando em contato com as fontes primárias por mim estudadas: nas crônicas deixadas pelas irmãs os momentos de comunhão com as alunas em festas e jogos aparecem sempre como alegres e descontraídos, e as menções que fazem às meninas são sempre acompanhadas de palavras doces.

Além disso, em todos os textos produzidos pelas alunas do Stella Matutina em seu jornal ou nas memórias por elas registradas, as professoras aparecem como extremamente carinhosas e pacientes no trato com as alunas; não seriam nunca severas ou brutas, apenas corretas em sua tarefa disciplinadora. Irmã Inês, aluna do Stella Matutina de 1928 a 1932, relata no livro comemorativo dos 50 anos da Congregação Servas do Espírito Santo no Brasil sua convivência com as professoras-freiras e as elogia sempre por sua “caridade prestimosa e solicitude maternal”; segundo ela, por exemplo, irmã Walburgis, então administradora da instituição e também responsável por ministrar aulas de matemática, era muito paciente, ainda que as alunas revelassem pleno desinteresse pela matéria¹⁰. Linhas à frente irmã Inês conta uma outra história bastante interessante: certo dia, durante o intervalo e enquanto a próxima professora não chegava à sala e iniciava as atividades, teria fugido em tumulto com algumas colegas, para o pátio; foi, contudo, surpreendida por uma palma, firme e ressonante, da inspetora irmã Ferreira, o suficiente para que todas se sentissem imediatamente repreendidas e retornassem rapidamente em silêncio para a aula. Nenhum grito, nenhuma bronca – aquela que rememora quer propor que a autoridade das freiras se impunha não pelo medo, mas pela justeza, pelo carinho, pela confiança¹¹.

10. Cf. Irmã Inês S. Sp. S., “Stella Matutina” (in Jubileu Áureo..., pp. 53-55).

11. Cf. Irmã Inês S. Sp. S., “Stella Matutina” (in Jubileu Áureo..., pp. 53-55). Neste ponto, cabe destacar que considerei a possibilidade de uma análise comparativa entre: (1) o dia-a-dia das meninas no dito colégio interno, em princípios do século XX, contadas posteriormente tanto por ex-alunas (no livro comemorativo do jubileu da ordem), tanto pelas irmãs-professoras responsáveis por redigir o diário da instrução... e (2) o cotidiano escolar vivido pelo renomado autor brasileiro, Raul Pompéia, num colégio interno para meninos, em fins do século descrito, registrado

Conforme os estudos desenvolvidos por Guacira Louro para o contexto paulistano, no início do século XX percebem-se claras distinções entre o ensino voltado para a formação dos meninos e o ensino voltado para a formação das meninas: enquanto os primeiros aprendem noções de geometria e ciências, as segundas têm aulas de bordado e prendas domésticas (Louro, 2000, p. 444). Com o surgimento no Brasil do ideal da família burguesa – ainda segundo a dita historiadora –, aparece também em destaque, nos currículos femininos, as aulas de música, línguas e desenho, o que configurava certamente uma preocupação específica com a instrução das moças no sentido de que se tornassem agradáveis companhias, representantes do marido *socialmente* (idem, pp. 445-446).

Com base nos relatos deixados pelas irmãs do Stella Matutina, podemos reconstituir a grade curricular cumprida pelas alunas que ali estudaram nos primeiros anos: as disciplinas ministradas variavam entre o ensino religioso, a caligrafia, o desenho, os trabalhos manuais, os serviços domésticos, a música (violino e piano), e as línguas estrangeiras (francês e alemão) (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 4). Percebe-se, assim, claramente, que o projeto pedagógico apresentado inicialmente se baseava de fato numa perspectiva tradicional, que percebia a mulher ainda vinculada à imagem de dona de casa, restrita ao lar: mais importante do que trabalhar as chamadas “questões cognitivas” seria atuar sobre o caráter das alunas, inculcando-lhes bons modos, finura de trato, e habilidades para coordenar assuntos domésticos – formar futuras boas mães de família.

Curioso, contudo, é o fato de os pais, em vez de manterem o costume tradicional de restringir a formação intelectual das meninas ao próprio lar, às orientações de familiares e pessoas próximas..., matricularem-nas em uma instituição que visava fornecer-lhes um tipo de educação extremamente identificável ao que teriam em casa. Uma possível razão para tanto é que, provavelmente, ter uma das filhas criada por religiosos

em O Ateneu. Uma análise superficial leva-no a identificar a rigidez e brutalidade dos professores de Pompéia como ponto essencial de dessemelhança, assim como a possibilidade de recorrermos a episódios narrados no referido livro na argumentação em defesa da hipótese de que, desde as primeiras décadas do Novecentos, começou a difundir-se a idéia de que o ensino de meninas e meninos obteria maiores resultados quando desenvolvido num ambiente aprazível (Pompéia, 1997).

fosse algo visto com bons olhos pela sociedade juizforana, especialmente pelos grupos mais conservadores da cidade; seria um claro sintoma de prestígio, moral e também disponibilidade de recursos.

Interessante, neste ponto, fazer referência ao estilo de escrita das alunas que participaram da confecção do jornal do colégio: é sempre rebuscado, de vocabulário muito rico, e tom retórico; transborda em mesóclises e adjetivações, faz uso da segunda pessoa do singular, tudo para indicar refinamento¹².

A abertura do noviciado em Juiz de Fora e a vinculação do programa da instituição ao então proposto pela Escola Normal Modelo de Belo Horizonte vai garantir, no ano de 1917, porém, um delineamento mais preciso para o tipo de educação proposto às discentes; a partir de então, ao se pensar o futuro das alunas do Stella Matutina, duas possibilidades (profissionais) se esboçavam: a vida religiosa (provavelmente dedicada ao trabalho em hospitais, como era tradição entre as Servas do Espírito Santo) ou o magistério (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 1, p. 34). A mudança de currículo acabou por implicar necessariamente a formação de um tipo de “mulher” diferente: disciplinas como aritmética, ciências naturais, psicologia infantil e higiene escolar passam a ser ministradas em total conformidade com um contexto histórico marcado pela racionalização dos comportamentos e aplicação da ciência ao cotidiano (Louro, 2000, p. 448)¹³.

Lembremos ainda que no ano de 1928 foram criados no Stella Matutina os cursos *ginasial e comercial*, vinculados aos trabalhos desenvolvidos pelos padres da Academia de Comércio. Conforme nos contam as “irmãs” em seus relatos, a opção por complementar o currículo decorreu do medo de, diante do cada vez mais efetivo controle do Estado em relação ao ensino no país, perderem o direito de ministrar as aulas para as alunas

12. Muitos textos chegam mesmo a nos soar engraçados, além de destituídos de qualquer propósito que não a ostentação de polidez; aqui transcrevemos um pequeno exemplo: “É outono, e as cabeleiras verdes se adornam de frutos coloridos. Já se vê, nos campos, a deliciosa confusão de folhas mortas a se desgarrarem dos robustos troncos, já as corolas dormem no tapete escuro da terra” (Stella Matutina, 1936).

13. Cf. Diploma de normalista do primeiro grau de Maria Aparecida de Andrade Santos, obtido em 1933; e de Zilah de Andrade Santos, obtido em 1935.

do Curso Normal – o ginásio e o curso técnico garantiam à instituição uma certa imagem de credibilidade e confiança, de que a estrutura educacional ali montada teria qualidade, e estaria compatível com os novos tempos. A supressão do “comercial” deu-se, contudo, em poucos anos, fato que evidencia a dificuldade de manter cursos preocupados com a uma formação profissional feminina, para cargos de chefia no Estado ou em empresas privadas (Crônicas do Colégio Stella Matutina, t. 2, p. 66). Quer dizer: limites ainda se impunham.

No entender da historiadora de Guacira Louro, nas primeiras décadas do século XX “a educação da mulher seria feita, *para além dela*, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios”, mas nas expectativas de seus esposos e filhos (Louro, 2000, p. 447). Entretanto, (é preciso estar atento) se um projeto de educação feminina mais sistemático surgiu como iniciativa de uma Igreja de supostos valores arcaicos, que tendia genericamente a perceber a mulher como mero objeto de suas reformas e não como sujeito da mudança, suas consequências foram, já se pôde perceber nas referências anteriores às fontes primárias, inesperadas.

Segundo Maria José Nunes, “numa época em que havia poucos lugares permitidos a uma ‘mulher de família’ freqüentar, essas entidades religiosas propiciavam ainda um ponto de encontro para mulheres entre si” (Nunes, 2000, p. 494). Assim, embora reproduzissem um discurso de afirmação dos valores tradicionais, os colégios católicos do período teriam acabado por preparar alunas que futuramente viriam a exigir mudanças (idem, p. 491; Louro, 2000, p. 458).

As próprias freiras em grande parte serviam como referência de um novo “papel” de mulher: ainda que na dependência das determinações de seus superiores-homens, adquiriam uma certa autonomia local, no que tange à administração de suas escolas (Nunes, 2000, pp. 494-495). Padre Arnaldo Janssen, quando informado de que em tão pouco tempo de estadia no Brasil aquelas primeiras freiras por ele enviadas já pretendiam fundar o Stella Matutina em Juiz de Fora, escreveu uma carta declarando pensar ser essa uma atitude um tanto precipitada, mas, enfim, apoiando a decisão, visto confiar na formação e capacidade delas (Jubileu Áureo..., pp. 8-16).

Um movimento mais amplo vai é observado quando, nos primeiros

anos de implantação dos Cursos Normais brasileiros – diz Guacira Lopes –, o número de matriculadas excederá ao de matriculados. É que a ampliação no leque de oportunidades para os homens, decorrentes dos avanços imprimidos pela sociedade industrial no país, assim como a circulação cada vez mais intensa de novas idéias através de eficientes meios de comunicação, possibilitara às mulheres preencher brechas deixadas no campo profissional educativo (Louro, 2000, p. 449).

Não podemos, contudo, perder de vista que, embora em certa medida representasse qualquer possibilidade de autonomia, homens e mulheres ainda viam a inserção da mulher no mercado de trabalho com olhos bastante “tradicionalistas”. Daí a divulgação de um discurso de “feminização do magistério”, segundo o qual caberia mais propriamente às moças a função de professoras, visto que estas, conforme sua própria natureza vinculada à condição da maternidade, se inclinariam para o trato com crianças. É nesse contexto também que, conforme discutimos anteriormente, se solidificou a perspectiva segundo a qual o afeto corresponderia a um fundamental instrumento “facilitador” da aprendizagem... A perspectiva segundo a qual a educação era tarefa que implicava uma atitude de amor e entrega (idem, p. 450 e p. 458).

Por fim, no que diz respeito a essa última questão, as fontes revelam ainda mais um importante elemento: as professoras não seriam na época vistas especificamente como “profissionais da educação”, e sim como amantes da infância e do saber. Ao ver da sociedade do período, o envolvimento dessas mulheres com a tarefa educativa era motivado por razões muito mais “nobres” do que as necessidades individuais de inserção no mercado em virtude de problemas financeiros ou por conta do desejo de autonomia: corresponderia a uma inclinação natural imposta pela condição feminina e à percepção de seu papel no resgatar da moralidade católica. É por isso que vemos, no dito jornal das normalistas, uma nota redigida por uma professora do primário que assina como “tia Lulu” e se dirige às suas alunas como “sobrinhas”; é por isso que encontramos, num trecho escrito mais adiante, a seguinte proposição: “não nos devemos esquecer de que *o magistério é um sacerdócio*, e como tal, requer muita abnegação, muita renúncia, muita energia...” (Stella Matutina, 1936, grifo meu). Muito “esforço”. De mãe. De fé. De mulher.

Conclusão

Ao longo do presente artigo dediquei-me à tarefa de delinear com precisão os limites de um possível futuro objeto de pesquisa. Com base, então, em reflexões amadurecidas a partir dos debates mais recentes acerca do que implicaria o *metier* do historiador, debrucei-me sobre as possibilidades de análise do ensino feminino brasileiro nas primeiras décadas do século XX, e acabei por conceber a noção de que ser uma “Stella matutina” implicaria, para aquelas que o eram, necessariamente, por um lado, *distinção* e, por outro, *identificação*.

As alunas e freiras do colégio consideravam-se únicas: tinham uma formação que as distinguiu tanto dos homens de mesma classe social, como das mulheres de classe social diferente, mas também de muitas que, tal como elas, eram representantes de grupos sociais financeiramente mais estáveis, mas que não estudavam, ou então não estudavam no mesmo colégio.

Essas crianças e essas mulheres fazem parte, ainda, de um momento específico da história da educação brasileira, caracterizado como início de um movimento bastante crítico em relação a concepções educacionais elitistas: agora as escolas de meninos e meninas começam a não mais se satisfazer tão facilmente com a função de formar os filhos da elite, para que se tornassem adultos cultos; pretendem que se tornem também adultos úteis e bons, para a própria família, e para o país como um todo.

Bom lembrar, aqui, que embora o início do século XX se nos apresente como um momento de revisão e avaliação dos projetos e não-projetos educativos anteriores, não devemos vê-lo como caracterizado por inovações, tão-somente. Essa foi uma época de transição: com rupturas e continuidades no modo de pensar e se comportar de homens e mulheres. E uma época na qual elementos aparentemente “arcaicos” intentaram modernizar-se e modernizar.

Por isso as Servas do Espírito Santo trabalharem com o ensino baseado em princípios religiosos não implicou que o tenham feito na contramão do “progresso”. As “irmãs” de caridade, atuantes e disciplinadas, puderam servir como um parâmetro de “feminino” diferente; o diploma de normalista concedido pelas freiras implicava o fato de que trabalhar

fora, ser remunerada, contribuir para o orçamento da casa, constituía agora uma possibilidade concreta.

Ser “stella” era, portanto, ser diferente; e as meninas do Stella, por serem diferentes, por destacarem-se do todo uniforme e uniformizante, ganhavam um sentido, um significado, uma identidade.

Referências bibliográficas

Fontes primárias: Acervo da biblioteca do Colégio Stella Matutina

BOLETIM da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano de adaptação, em 1929.

BOLETIM da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano do Curso Normal, em 1930.

BOLETIM da aluna Rita de Cassia de Andrade Santos do primeiro ano de adaptação, em 1930.

CADERNETA ESCOLAR pertencente à aluna Maria Aparecida de Andrade Santos.

CRÔNICAS DO COLÉGIO STELLA MATUTINA. 2 tomos.

DIPLOMA DE NORMALISTA DO PRIMEIRO GRAU de Maria Aparecida de Andrade Santos, obtido no ano de 1933.

DIPLOMA DA NORMALISTA DO PRIMEIRO GRAU de Zilah de Andrade Santos, obtido no ano de 1935.

JUBILEU ÁUREO DA CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA SERVAS DO ESPÍRITO SANTO NO BRASIL. Livro comemorativo dos cinquenta anos da chegada da congregação ao país.

NAVA, P. *Baú de ossos*; memórias I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

POMPÉIA, R. *O Ateneu*. São Paulo: Klic, 1997.

STELLA MATUTINA, órgão das alunas do Colégio Stella Matutina. Juiz de Fora, 5 de abril de 1936.

Fontes secundárias

ARRUDA, J. R.; TENGARRINHA, J. M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

BURKE, P. *Escola dos Annales (1929-1989)*; a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTRO, M. de. A “*Europa dos pobres*”; Juiz de Fora na *belle époque* mineira. Juiz de Fora: EDUJF, 1994.

CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira*; católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1988.

LOURO, G. L. Mulheres da sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

MENDONÇA, S. R. Da República Velha ao Estado Novo; Estado e sociedade – a consolidação da República oligárquica. In: LINHARES, M. I. (org.). *História geral do Brasil*; da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MENDONÇA, S. R. As bases do desenvolvimento capitalista independente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. I. (org.). *História geral do Brasil*; da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo; o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. I. (org.). *História geral do Brasil*; da colonização portuguesa à modernização autoritária. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t. 3. v. II. l. 3.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, P. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *Escrita da história*; novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, V. A. C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica.

In: SILVA, M. (org.). *República em migalhas*; história local e regional. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da história*; ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMPSON, E. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VISCARDI, C. M. R História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus*; Revista de História, Juiz de Fora: EDUJF, v. 4, 1997.

Endereço para correspondência:

Ana Luiza de Oliveira Duarte Ferreira
Rua Venâncio José Lisboa, 11 – apto. 14
Ponta da Praia – Santos-SP
CEP 11030-080
E-mail: analod@gmail.com

Recebido em: 24 set. 2007

Aprovado em: 3 out. 2007